

Theophilo Antonio Miguel Filho

**Questões constitucionais e legais da
Convenção da Haia sobre os aspectos
civis do sequestro internacional de
crianças**

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE DIREITO
Programa de Pós-Graduação em Direito

Rio de Janeiro
Novembro de 2010



Theophilo Antonio Miguel Filho

**Questões constitucionais e legais da
Convenção da Haia sobre os aspectos civis
do sequestro internacional de crianças**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio como
requisito parcial para obtenção do título de Doutor em
Direito.

Orientadora: Nadia de Araujo

Rio de Janeiro
Novembro de 2010



Theophilo Antonio Miguel Filho

Questões constitucionais e legais da Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Nadia de Araujo

Orientadora

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Daniela Trejos Vargas

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Ana Lúcia de Lyra Tavares

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Antenor Pereira Madruga Filho

Universidade Católica de Brasília – UCB-DF

Prof. Marilda Rosado de Sá Ribeiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2010.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Theophilo Antonio Miguel Filho

Mestre em Direito da Administração Pública pela Universidade Gama Filho, Especialista em Direito Processual Civil e Direito Sanitário pela Universidade de Brasília, possui Curso de Extensão em Propriedade Intelectual pela PUC/RJ e é Juiz Federal Titular da 24a. Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Ficha catalográfica

Filho, Theophilo Antonio Miguel

Questões constitucionais e legais da Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças / Theophilo Antonio Miguel Filho ; orientadora: Nadia de Araujo. – 2010.

198 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2010.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Globalização. 3. Cooperação jurídica internacional. 4. Aspectos teóricos e práticas resultantes da aplicação da Convenção da Haia sobre seqüestro internacional de crianças. I. Araujo, Nadia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Agradecimentos

Minha admissão para o conceituado Doutorado da PUC – Rio e a realização desta pesquisa seriam inviáveis se não fossem a honrosa confiança e dedicação que me foram dispensadas pela Professora Doutora Nadia de Araujo. A ela rendo minha mais sincera gratidão e admiração acadêmica, profissional e pessoal.

Resumo

Filho, Theophilo Antonio Miguel; Araujo, Nadia de. **Questões constitucionais e legais da Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças**. Rio de Janeiro, 2010. 198p. Tese de Doutorado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O intenso tráfego mundial de bens, pessoas e direitos acarreta inexorável erosão do clássico e isolacionista conceito de soberania, impondo a adoção de novos e mais ágeis mecanismos de cooperação jurídica internacional destinados a resguardar interesses de primordial importância, dentre eles os relativos ao retorno imediato da criança indevidamente retida ou transferida ao local de sua residência habitual, assegurando-lhe, ainda, a proteção ao direito de visita e convívio com ambos os genitores.

Palavras-chave

Soberania; Globalização; Cooperação jurídica internacional; Aspectos teóricos e práticos resultantes da aplicação da Convenção da Haia sobre sequestro internacional de crianças.

Abstract

Filho, Theophilo Antonio Miguel; Araujo, Nadia (Advisor). **Constitutional and legal matters about the Hague Convention on the civil aspects of international child abduction**. Rio de Janeiro, 2010. 198p. Doctoral Tesis – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The intense global traffic of goods, people and rights causes inexorable erosion of the isolationist classical concept of sovereignty, requiring the adoption of new and more flexible mechanisms for international legal cooperation designed to protect major interests, including those for the immediate return of children wrongfully retained or transferred to the place of habitual residence, assuring him also to protect the rights of access and contact with both parents.

Keywords

Sovereignty; Globalization; International legal cooperation; Theoretical and practical aspects of implementing the Hague Convention on the abduction of minors.

Sumário

Parte I – O contexto global da Convenção da Haia e suas características principais	9
1. Preliminar	9
1.1. Apresentação	9
1.2. Objetivos gerais e específicos	10
1.3. Metodologia	12
1.4. A evolução do clássico conceito de soberania	12
1.5. Os efeitos da globalização perante o Direito	20
1.6. Cooperação jurídica internacional	26
1.7. Modalidades de cooperação jurídica internacional	31
1.8. A Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado	36
1.9. A cooperação jurídica internacional no Brasil em matéria de proteção à criança	41
2. A Convenção da Haia sobre seqüestro de menores	44
2.1. Histórico	44
2.2. O ethos feminino e a Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro de Crianças	44
2.3. Principais características. Terminologia e natureza jurídica	47
2.4. A ilicitude da retenção ou da remoção da criança	52
2.5. O local de residência habitual da criança	54
2.6. Exceções substanciais ao retorno da criança	56
2.7. Casos concretos perante o direito comparado	61
Parte II – Aspectos processuais relacionados à aplicação da Convenção da Haia no Brasil	71
3. A ação de busca e apreensão	71
3.1. Conceito	74
3.2. O deferimento da medida liminar inaudita altera parte	79

3.3. Natureza jurídica da ação de busca e apreensão	81
3.4. A relevância da oitiva da manifestação volitiva da criança. O termo a quo do prazo de um ano para a tomada de providências	82
3.5. A legitimatio – ativa e passiva - ad causam da União Federal e o exercício da faculdade inculpada perante o artigo 29 da Convenção	83
3.6. Aplicação e prova do direito estrangeiro pelo juiz nacional	93
3.7. A atuação da magistratura estadual em relação aos aspectos civis do sequestro internacional de menores	97
4. Competência para o processamento e julgamento das demandas fundadas na Convenção da Haia	99
4.1. Conceito	99
4.2. Evolução histórica da competência constitucional da Justiça Federal para processar e julgar demandas fundadas em tratados internacionais	101
4.3. A definição da competência para o processamento e julgamento das demandas envolvendo a aplicação da Convenção da Haia sobre sequestro internacional de crianças	106
4.4. Casos concretos perante os tribunais pátrios	118
4.5. Análise conclusiva	155
4.6. Dados estatísticos	156
5. Conclusões	173
6. Referências bibliográficas	175
7. Anexos	180